



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO  
DE PROFESSOR SUBSTITUTO**

**EDITAL N° 053/2021, DE 06 DE JULHO DE 2021**

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL N° 046/2021, REFERENTE AOS TEMAS DA PROVA DE  
DESEMPENHO DIDÁTICO**

O Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, retifica o edital 046/2021, no que se refere aos temas pré-selecionados da prova de desempenho didático, tendo em vista que o edital foi publicado sem o anexo VI.

**ANEXO VI**

**TEMAS PARA A PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO**

1. Diversidade e Escola inclusiva.
2. Políticas Públicas de Educação Inclusiva no Brasil.
3. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva.
4. Educação de Surdos: inclusão e Bilinguismo.
5. Aspectos linguísticos da Libras.
6. Atendimento Educacional Especializado (AEE).
7. Desenho Universal e Aprendizagem.
8. Flexibilizações Curriculares.

**Referências Bibliográficas Sugeridas**

BRANCHER, V; MEDEIROS, B.; MACHADO, F. (Orgs.). Caminhos possíveis à inclusão II: educação especial; novos prismas. Curitiba: Appris, 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.436, de 25 de abril de 2002 – Dispõe



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Ministério da Educação. Portal de ajudas técnicas para educação: Equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – Recursos Pedagógicos Adaptados. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal de ajudas técnicas para educação: Equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Recursos para comunicação alternativa. Brasília, 2006.

BRASIL. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. Brasília: MEC, 2009.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Curitiba/Brasil, Editora UFPR: Educar em Revista, Edição Especial n.2/2014, p. 71-92.

LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália (Orgs.). Letramento, Bilingüismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MEDEIROS, Bruna de Assunção. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Instituto Federal Farroupilha. Curitiba: Appris, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Santo Ângelo, 06 de julho de 2021.

ADILSON RIBEIRO PAZ STAMBERG  
Diretor Geral  
IF Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo  
Portaria Eletrônica nº 334/2021, D.O.U. de 19/02/2021